

Considerando os termos de requerimento oriundo da SETIC - UNIDADE DE NEGÓCIO ADMINISTRATIVO E DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL, relativo à atuação de servidor(es) em regime de teletrabalho de que trata a IN supracitada, na modalidade **parcial por 02 (dois) dias semanais**,

RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a concessão de teletrabalho em regime **parcial por 02 (dois) dias semanais** para os servidores VALÉRIA DUTRA DE MORAIS BARBOZA, matrícula n. 186.037-2; LUIZ FELIPE ALVES DE OLIVEIRA, matrícula n. 182.240-3; MARCIA CRISTINA DE AQUINO PASSOS, matrícula n. 178.605-9; PAULO TADEU DE MEDEIROS NOBREGA JR, matrícula n. 181.410-9; WASHINGTON LUIS SOARES DOS SANTOS, matrícula n. 181.983-6; DIDIMO VIEIRA DE ARAÚJO JÚNIOR, matrícula n. 183.420-7 e CLAUDIA SALVETTI SANZOCHI, matrícula n. 177.067-5, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação deste ato.

Publique-se. Cumpra-se.

Recife, 02 de agosto de 2022.

Desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

ATO DO DIA 03 DE AGOSTO DE 2022

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:

Nº 2587/22-SGP – nomear MANUEL FRANCISCO MENDES FILHO (classificação 04), para o cargo, efetivo, de Técnico Judiciário/Função Administrativa, Referência TPJ (Polo de Classificação 10/Agreste Meridional), em virtude da desistência de posse de Alcides Tenório da Silveira.

LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

Desembargador Presidente

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

ATO GP nº 739/2022

Dispõe sobre a desinstalação da Comarca de RIACHO DAS ALMAS e sua respectiva agregação à Comarca de CARUARU, e dá outras providências.

O Presidente do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 96, inciso I, da [Constituição Federal](#), e no art. 48, incisos II e III, da Constituição do Estado de Pernambuco, que conferem ao Tribunal a possibilidade organizar o seu serviço judiciário, promovendo, inclusive, a instalação e desinstalação de unidades judiciárias;

CONSIDERANDO o entendimento do Conselho Nacional de Justiça segundo o qual os Tribunais de Justiça possuem competência privativa para a elaborar os seus regimentos internos, dispor sobre competência e o funcionamento dos seus respectivos órgãos jurisdicionais, cabendo-lhes, ainda, a função de organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 9º da Resolução n. 184, de 06 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que determina a adoção de providências por parte dos tribunais com vistas à extinção, transformação ou transferência de unidades judiciárias ou comarcas com distribuição processual inferior a 50% (cinquenta por cento) da média de casos por magistrado do respectivo tribunal, no último triênio;

CONSIDERANDO que os estudos técnicos realizados pelo Tribunal, com fundamento na Resolução CNJ n. 184/2013, apontaram para a necessidade de se proceder à desinstalação de unidades judiciais, sendo esta uma solução temporária, pois possibilitará a sua eventual reinstalação por Resolução do Tribunal de Justiça, caso venham a atender aos requisitos estabelecidos no normativo expedido pelo CNJ;

CONSIDERANDO que a desinstalação de unidades judiciárias constitui política de organização judiciária apta a redimensionar os trabalhos dos magistrados(as) e servidores(as), trazendo, por consequência, o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, com a melhor distribuição da força de trabalho e equidade na distribuição dos processos, ofertando, por isso, uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente à população da localidade, como preconiza a [Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004](#) ;

CONSIDERANDO que a desinstalação de unidades judiciais promove relevante redução de custos, atuais e futuros, sendo medida adequada e necessária em momento de restrições orçamentárias e financeiras, permitindo, assim, a racionalização da utilização da estrutura administrativa;

CONSIDERANDO que a digitalização dos processos físicos, migrando-os para a plataforma do PJE (Processo Judicial Eletrônico), viabiliza o acesso do cidadão à Justiça, independentemente de onde se encontram instaladas as Unidades que integram o Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que a experiência vivenciada por outros Tribunais demonstra que a concentração de mão de obra em localidades estruturadas é mais eficiente do que a manutenção de diversas unidades judiciárias no Estado, desprovidas da força de trabalho condizente com as demandas;

CONSIDERANDO que, nos termos do disposto no art. 12 da Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007 (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco – COJE), a instalação de comarcas ou varas se insere no campo da conveniência administrativa do Tribunal;

CONSIDERANDO que a interpretação sistemática e conjugada do princípio do paralelismo das formas leva à conclusão de que, se a instalação de comarcas ou varas se insere no campo da conveniência administrativa do Tribunal, a desinstalação de unidades da espécie igualmente constitui mérito administrativo;

CONSIDERANDO que, com fundamento no art. 12 da Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007 (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco – COJE), mediante a Resolução TJPE n. 445, de 14 de dezembro de 2020, foi aprovada a agregação de comarcas no âmbito no Poder Judiciário do Estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO que Resolução TJPE n. 445, de 14 de dezembro de 2020, pelo seu art. 11 atribuiu competência ao Presidente deste Tribunal de Justiça de Pernambuco para disciplinar os atos necessários à efetivação de agregação de comarcas;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa Conjunta n. 7, de 1º de junho de 2021, que regulamentou a Resolução TJPE nº 445, de 14 de dezembro de 2020,

RESOLVE:

Art. 1º Desinstalar a Comarca de RIACHO DAS ALMAS, bem como agregá-la à Comarca de CARUARU.

Parágrafo único . A desinstalação da Comarca de RIACHO DAS ALMAS ocorrerá a partir do dia 15/08/2022, com término no dia 26/08/2022, com base na Portaria TJPE nº 20/2022 (DJe de 03 de agosto de 2022).

Art. 2º Todos os processos da Comarca de RIACHO DAS ALMAS (desinstalada/agregada) serão redistribuídos para a Comarca de CARUARU (agregadora), de acordo com a competência estabelecida no Código de Organização Judiciária de Pernambuco, nos termos do disposto na Seção I do Capítulo II da Instrução Normativa Conjunta nº 07/2021 do TJPE, devendo a SETIC e a Coordenadoria do Processo Judicial Eletrônico - CPJe observar a distribuição equitativa entre as Unidades Judiciárias da comarca agregadora, inclusive com eventual medida de compensação de divisão do acervo comum para sanar desequilíbrio decorrente do acervo especializado.

§ 1º Magistrados(as) e servidores(as) da comarca agregada devem proceder com todas as assinaturas eletrônicas pendentes no Sistema PJE até a data anterior à desinstalação da comarca.

§ 2º Os processos da Diretoria do Fórum da Comarca agregada devem ser redistribuídos para a Diretoria do Fórum da Comarca agregadora.

§ 3º A redistribuição dos processos físicos em tramitação deve observar os seguintes procedimentos:

I - A comarca agregada deve sanear todas as pendências dos processos físicos, tais como devolução remessa carga (exceto os remetidos ao Tribunal em grau de recurso), devolução de mandados, juntada de expedientes, petições pendentes, dentre outras;

II - A SETIC procederá à distribuição automática, no sistema, dos processos da comarca agregada para uma Unidade Judiciária da comarca agregadora, com exceção dos processos que tramitam no Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU, os quais deverão ser redistribuídos pelos servidores da comarca agregada para a 2ª Vara Criminal de Caruaru;

III - A comarca agregada fará a guia de remessa, em 3 (três) vias, dos processos remetidos à Unidade Judiciária da comarca agregadora, a qual servirá como inventário de conferência e controle dos respectivos processos;

IV - A comarca agregada deverá lotear e separar os respectivos processos por guia de remessa, sendo que cada lote de processo deverá estar separado e identificado com sua respectiva guia de remessa a ser entregue na Unidade Judiciária da comarca agregadora para a qual o processo fora redistribuído;

V - A Diretoria de Infraestrutura – DIRIEST realizará o transporte dos processos físicos para entrega ao distribuidor da comarca agregadora;

VI - A comarca agregada deverá disponibilizar um(a) servidor(a) para acompanhar o transporte e fazer a conferência da entrega dos processos físicos ao(à) distribuidor(a) da comarca agregadora, ocasião em que deverá colher a assinatura do(a) distribuidor(a) em uma via da guia, que ficará em seu poder, para fins de comprovação da respectiva entrega;

VII - Posteriormente, o(a) distribuidor(a) da comarca agregadora entregará fisicamente os processos à Unidade Judiciária da comarca agregadora para a qual o processo fora redistribuído, devendo colher a assinatura da referida Unidade Judiciária na segunda via da guia, que ficará em seu poder, para fins de comprovação da respectiva entrega;

VIII - A terceira via da guia de remessa ficará em poder da Unidade Judiciária da comarca agregadora para a qual o processo fora redistribuído, para fins de conferência e controle.

§ 4º Os processos físicos, constantes do arquivo intermediário da comarca agregada (arquivo de processos findos) serão transportados para o Arquivo Geral Anexo, localizado na Comarca de Jaboatão, devendo-se observar os seguintes procedimentos:

I - A comarca agregada deverá sanear todas as pendências dos processos arquivados, tais como juntada de expedientes, petições pendentes, dentre outras;

II - Os processos físicos arquivados da comarca agregada deverão ser transferidos para o Arquivo Geral em conformidade com a Instrução Normativa TJPE n. 03, de 30 de maio de 2011, que dispõe sobre a padronização dos procedimentos para acondicionamento e transferência de processos encaminhados ao Arquivo Geral, devendo os movimentos de remessa no *Judwin* serem realizados na Fase código 38 (Remessa Interna ao Arquivo Geral) e Destino código 801 (Arquivo Geral de Recife);

III - Em caráter excepcional e visando dar celeridade aos atos da agregação, as capas processuais em PVC não precisarão ser retiradas e substituídas por capas de cartolina antes do envio dos processos para o Arquivo Geral;

IV - A DIRIEST realizará o transporte dos processos arquivados para o Arquivo Geral;

V - A Diretoria de Documentação Judiciária (DIDOC) deverá disponibilizar um servidor para fazer a conferência das caixas em relação a respectiva listagem, a qual constará no ofício de encaminhamento da remessa, na comarca agregada e acompanhar o seu transporte com destino ao Arquivo Geral.

VI - O conteúdo das caixas será conferido no local de recepção, no Arquivo Geral.

§ 5º A comarca agregada deve observar os seguintes procedimentos em relação aos documentos físicos pendentes:

I - Todos os documentos, expedientes e petições pendentes relativos aos processos da comarca agregada devem ser juntados aos respectivos processos, independentemente de o processo encontrar-se em tramitação ou arquivado, exceto no caso de o processo ter sido remetido ao Tribunal, em grau de recurso. Nesse último caso, os documentos processuais pendentes devem ser remetidos pela comarca agregada à Unidade Judiciária da comarca agregadora para a qual o respectivo processo fora redistribuído, devidamente identificados;

II – Todos os documentos, expedientes e petições pendentes relacionados a processos arquivados que já se encontram sob a guarda do Arquivo Geral também devem ser identificados e remetidos ao Arquivo Geral, conforme modelo anexo a este Ato;

III - Os documentos administrativos arquivados fisicamente na comarca agregada também devem ser remetidos ao Arquivo Geral, devidamente identificados, conforme modelo anexo a este Ato;

IV - Os documentos, expedientes e petições pendentes relacionados a processos da comarca agregada que, por motivo excepcional e devidamente justificados, não tenham sido juntados previamente aos respectivos processos, devem ser remetidos à Unidade Judiciária da comarca agregadora para a qual o respectivo processo fora redistribuído, devidamente identificados.

Art. 3º Os prazos dos processos da Comarca de RIACHO DAS ALMAS ficarão suspensos até que se ultime a intimação, por meio de ato ordinatório, dos advogados quanto à efetiva redistribuição para a unidade judicial de destino, na Comarca de CARUARU.

Art. 4º Os(as) servidores(as) da comarca desinstalada/agregada serão removidos(as) para a comarca agregadora ou para outra unidade judiciária, de acordo com a necessidade da Tribunal, observando-se os preceitos da Resolução nº 219, de 26 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Justiça.

§ 1º A escolha de lotação nas unidades judiciárias da comarca agregadora obedecerá ao critério de antiguidade de lotação dentre os(as) servidores(as) da comarca agregada. Persistindo o empate, serão obedecidos os critérios: a) tempo de serviço; e b) idade, dando-se preferência ao(à) servidor(a) com maior tempo de serviços no Poder Judiciário de Pernambuco e com idade mais elevada, sucessivamente.

§ 2º O(a) servidor(a) atualmente em exercício na unidade judiciária desinstalada (agregada) terá prioridade na concessão do regime de teletrabalho, exceto se não possuir perfil para realizar atividades nessa modalidade.

§ 3º A portaria de lotação dos(as) servidores(as) nas unidades judiciárias da comarca agregadora ou em outra unidade organizacional, quando for o caso, terá vigência a partir da data efetiva agregação.

Art. 5º Em função da agregação de comarcas promovida por este Ato, não são devidas verbas de exercício cumulativo e diferença de entrância, constantes do art. 146, inciso IV, da Lei Complementar n. 100, de 21 de dezembro de 2007.

Art. 6º Durante o período da suspensão dos prazos processuais, o Diretor do Fórum da Comarca agregadora poderá determinar a realização de atos urgentes a fim de evitar dano irreparável.

Art. 7º A partir da data da publicação do presente Ato, os cartórios extrajudiciais da comarca agregada ficarão vinculados à comarca agregadora.

Art. 8º Os prédios da comarca agregada devem ter a destinação de acordo a sua natureza (próprio ou alugado), devendo-se adotar os procedimentos necessários nas seguintes situações:

I - Se o prédio for alugado, deverá ser procedida à rescisão do respectivo contrato de locação, de acordo com a legislação vigente;

II - Se o prédio for cedido ao Tribunal, deverão ser promovidas gestões visando à sua devolução ao órgão cedente ou à viabilização de convênio tendo por objeto à instalação de Casa da Justiça e Cidadania ou Posto de Serviço Avançado;

III - Se o prédio for de propriedade do Tribunal, deverão ser promovidas gestões visando à verificação quanto ao eventual interesse da Prefeitura do Município em que este se encontra localizado, nele instalar Casa de Justiça e Cidadania ou Posto de Serviço Avançado, mediante a celebração de convênio com o Tribunal.

Parágrafo único . Para o fim do disposto no inciso III deste artigo, do convênio deverá constar a obrigatoriedade de o Município suportar os gastos com a manutenção e o funcionamento do imóvel, enquanto dele dispor.

Art. 9º Compete à SETIC promover o transporte dos computadores, impressoras e equipamentos de TIC e à DIRIEST efetuar o transporte do mobiliário, devendo ser atribuída destinação apropriada ao excedente de estrutura tecnológica, sistemas, equipamentos e mobiliário, que não forem utilizados na comarca agregadora, a critério da Administração.

Parágrafo único . Os transportes mencionados neste Ato serão realizados até o dia 26/08/2022.

Art. 10. Os setores administrativos do Tribunal de Justiça de Pernambuco deverão priorizar o atendimento de demandas oriundas deste Ato, observando as determinações estabelecidas na INC TJPE nº 7/2021.

Art. 11. Ficam preservados, respeitadas as atuais circunscrições geográficas, os serviços tratados no art. 153 da Lei Complementar n. 100, de 21 de novembro de 2007 (Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco – COJE).

Art. 12. As Comarcas agregada e agregadora deverão promover gestões com vistas à consecução dos procedimentos concernentes a este Ato, no prazo estabelecido na Portaria TJPE nº 20/2022 (DJe de 03 de agosto de 2022).

Art. 13. A Assessoria de Comunicação - ASCOM deverá realizar ampla divulgação, no âmbito interno e externo, do presente Ato.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência deste Tribunal de Justiça.

Art. 15. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Recife-PE, 03 de agosto de 2022.

Desembargador LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

Presidente

ANEXO

GUIA DE REMESSA – DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

Nº da guia: 001

1ª VARA DE EXECUTIVOS FISCAIS ESTADUAIS DA CAPITAL

CAIXA : 216

Ano: 2021

CONTEÚDO:

- OFÍCIOS EXPEDIDOS Nº 01 A 200/2002
- OFÍCIOS RECEBIDOS DE JANEIRO A DEZEMBRO/2004
- DOCUMENTOS DA SEBEN 2003
- CÓPIAS DE CONTRATOS DE MARÇO/2004

Servidor da Comarca: _____

Matrícula: _____

Data de remessa: ____/ ____ / ____

Servidor do Arquivo Geral: _____

Matrícula: _____

Data de recebimento: ___/___/___

GUIA DE REMESSA – DOCUMENTOS PROCESSUAIS

Nº da guia: 001

1ª VARA DE EXECUTIVOS FISCAIS ESTADUAIS DA CAPITAL

CAIXA: 216**Ano: 2021**

TIPO DO DOCUMENTO	NÚMERO DO PROCESSO
1 - Guia de mandado 0001-5	0004338-64.2003.8.17.0001
2 - Petição	0005411-96.2008.8.17.0001

Servidor da Comarca: _____

Matrícula: _____

Data de remessa: ___/___/___

Servidor do Arquivo Geral: _____

Matrícula: _____

Data de recebimento: ___/___/___

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

ATO No 738, DE 03 DE AGOSTO DE 2022

Torna público Projeto de Lei Complementar, para abertura do prazo de 05 (cinco) dias úteis, em regime de urgência, para a apresentação de emendas e apresentação de parecer da Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno (COJURI), nos termos do disposto no art. 498, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (Resolução TJPE 395/2017).

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições legais e regimentais, e considerando o disposto no art. 498 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (Resolução TJPE 395/2017),

RESOLVE:

Art. 1o TORNAR PÚBLICO o Projeto de Lei Complementar e a correspondente exposição de motivos constantes da Justificativa, apresentados conjuntamente com o Diretor da Escola Judicial de Pernambuco - ESMAPE.

Art. 2o ESCLARECER que, a partir da presente publicação, passará a fluir prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentação de emendas (art. 498, parágrafo único, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco - Resolução TJPE 395/2017).